

RELATO DE EXPERIÊNCIA: RECONSTRUINDO A SAGA DE MIGRANTES HAITIANAS RADICADAS EM CHAPECÓ/SC EM BUSCA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM OS(AS) FILHOS(AS)

Fernanda Ely Borba¹

Resumo: O presente relato de experiência é oriundo da intervenção profissional da autora no cargo de Assistente Social do Poder Judiciário de Santa Catarina, lotada no Fórum da Comarca de Chapecó/SC, a qual possibilitou conhecer a história de vida de duas migrantes haitianas radicadas no município de Chapecó/SC, e a peregrinação de ambas para reaver a convivência familiar com os(as) filhos(as). Diante disso, o objetivo deste relato de experiência é contribuir para a reflexão acerca dos dilemas suscitados pelo recrudescimento da concentração de renda e das desigualdades sociais e consequentes processos migratórios em busca de melhores condições de vida, em contraposição ao exercício da maternidade. O percurso de tais análises perpassa pela discussão sobre as desigualdades de classe, ético-racial e de gênero e pelo breve comparativo acerca das mediações do Estado por meio das políticas sociais no Brasil e no Haiti. Para tanto, os instrumentais metodológicos envolveram a revisão bibliográfica, a análise documental, entrevistas e a observação. Foi possível concluirmos que o acirramento dos processos de desigualdade social e de concentração de renda – e consequentes processos migratórios em busca de melhores condições de vida – podem interferir na continuidade do exercício do papel materno, revelando-se em importante fator para o recrudescimento das desigualdades de gênero e étnico/raciais.

Palavras-chave: Desigualdade social; gênero; raça/etnia; migração; Haiti

O fenômeno da migração haitiana para o Brasil tomou força a partir do ano de 2010, e de acordo com Piovezana et al (2015), Zeni e Fillipin (2014) e Mejía et al (2015), uma série de acontecimentos de ordem econômica, política e ambiental incidiu na intensa onda emigratória que assolou o Haiti.

Segundo Mejía (2015), mais de um quarto da população haitiana emigrou do país nas últimas décadas, tendo em vista o alto índice de desemprego, alcançando aproximadamente 80% dos(as) haitianos(as). Diante disso, cerca de 25% do PIB haitiano passou a ser composto pelas somas enviadas por emigrantes ao país de origem. Inevitavelmente, a diáspora tornou-se parte da realidade socioeconômica, política e educacional do Haiti.

Dentre as principais razões para a intensa onda emigratória, destaca-se o terremoto havido no Haiti no ano de 2010, que vitimou mais 200 mil pessoas, agravando as precárias condições socioeconômicas enfrentadas até então no país. Se não bastasse, o Haiti foi devastado por uma epidemia de cólera no ano de 2011 (PIOVEZANA ET AL, 2015), (ZENI; FILLIPIN, 2014).

¹ Bacharel e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assistente Social do Poder Judiciário de Santa Catarina, lotada no Fórum da Comarca de Chapecó/SC. Militante do movimento feminista União Brasileira de Mulheres (UBM), núcleo de Chapecó/SC.

Após o terremoto de 2010, o Brasil tornou-se um destino atrativo para os(as) migrantes haitianos(as) em virtude da facilidade de aquisição do visto humanitário e da imagem propagada pela mídia e reforçada pela presença militar brasileira no Haiti, que indicavam a prosperidade econômica do Brasil. Convergiu ainda a participação do governo brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti/ MINUSTAH (MEJÍA ET AL, 2015).

Em linhas gerais, este foi o percurso que levou as haitianas Girassol e Orquídea a cruzarem seus caminhos no Brasil, mais precisamente na cidade de Chapecó/SC, determinadas a obterem melhores condições de vida para si e seus familiares. A partir do momento em que ambas foram impelidas a deixar o país de origem por força da garantia da sobrevivência, depararam-se com o rompimento provisório ou definitivo dos laços com os(as) filhos(as).

A oportunidade de ter conhecido o drama vivenciado por Girassol e Orquídea instigou-nos a registrá-lo no presente artigo e, à luz dos referenciais teóricos, extrair reflexões direcionadas ao enfrentamento das opressões de gênero, classe e étnico-raciais na contemporaneidade.

Girassol², negra, haitiana, de 33 anos de idade, ensino fundamental incompleto, oriunda de cidade localizada na região central do Haiti, era casada e teve três filhos no país de origem. A família era proprietária de um pequeno comércio. Separou-se do marido e deixou os três filhos aos cuidados da avó materna, de modo a emigrar para o Brasil em busca de melhores condições de vida para si e para a família. A travessia de Girassol até o Brasil foi intermediada por coioite³. A haitiana custeou a viagem de um dos irmãos, porém perdeu o contato com o familiar ao chegar no Brasil.

Em Chapecó, Girassol trabalhou em agroindústria por aproximadamente um ano. Foi demitida por justa causa em razão de conflito com a chefia e desde então não conseguiu nova colocação no mercado de trabalho. A partir disso, passou a contar com a solidariedade de compatriotas radicados em Chapecó e de igreja evangélica a qual frequentava. No país de origem, Girassol era adepta da crença do vodu⁴.

Manteve união estável por alguns meses com imigrante haitiano, da qual foi concebida a criança Margarida. O pai da criança não procedeu ao registro de nascimento tampouco participou dos cuidados da filha. Logo nos primeiros meses do nascimento, Margarida foi acolhida institucionalmente em razão de abandono, pois foi deixada em um lixão por haitianas que se

² Os nomes pessoais foram alterados de modo a preservar o sigilo.

³ Relatos de haitianos recuperados na pesquisa de Zeni e Fillipin (2014) revelaram que a travessia pelas fronteiras, até chegarem ao Brasil, foi permeada por situações perigosas e muitas vezes sub-humanas. Há registros de que os migrantes passam dias sem comer e sem dormir, realizam caminhadas intermináveis, e, em alguns casos, são guiados por traficantes de pessoas (conhecidos como coioites), com o objetivo de cruzar a fronteira do Peru e chegar ao Brasil.

⁴ Nome usado para a crença religiosa de matriz afro no Haiti (HANDERSON, 2010).

responsabilizaram em cuidar da criança enquanto Girassol trabalhava. Esclarecido o equívoco, a medida de acolhimento institucional foi revogada, e a criança retornou ao convívio com a mãe. Transcorrido alguns meses, a criança voltou a ser acolhida institucionalmente em razão de negligência nos cuidados.

Girassol apresentava significativa limitação para se expressar na língua portuguesa. Era conhecida por entrar em conflito com as pessoas com quem convivia, contribuindo para que as relações interpessoais fossem descontínuas. O temperamento explosivo somado ao acolhimento institucional da filha contribuiu para que Girassol fosse alvo de reprovação social por parte da comunidade haitiana radicada em Chapecó.

Ao transferir-se para o Brasil, Girassol distanciou-se da rede familiar de origem, o que também contribuiu para a condição de vulnerabilidade pessoal. Após estabelecer-se neste país, era categórica quanto ao interesse em retornar para o país de origem. Contudo, não tinha condições financeiras de arcar com as despesas da viagem.

Girassol foi encaminhada para serviços públicos ligados às políticas sociais de Saúde e de Assistência Social, os quais foram incumbidos de atuar com vistas à reintegração familiar de Margarida na família materna. Da perspectiva dos serviços, foram visíveis as limitações de ordem cultural no tocante à construção de vínculo com Girassol. Não obstante o massivo processo migratório para o Brasil, as questões migratórias não compunham a agenda dos serviços que interviam com Girassol, e desse modo, não havia tradutor especializado, tampouco conhecimentos sobre as especificidades da cultura haitiana. Aliado a isso, no escopo das políticas sociais municipais, havia muito pouco a oferecer à haitiana em termos de medidas concretas para apoiá-la efetivamente.

Da parte da haitiana, apresentava significativas limitações para compreender o papel e o funcionamento dos serviços e acerca das rotinas institucionais. Cogitou-se que a haitiana poderia apresentar possível deficiência ou doença mental, porém tal hipótese nunca pode ser confirmada.

A situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica (o apoio cada vez mais escasso dos pares haitianos, a ausência de emprego e renda, a vulnerabilidade habitacional e o distanciamento da família de origem) associada à crise econômica que assolou o Brasil levaram Girassol a emigrar para outro país no ano de 2016. Margarida permaneceu em serviço de acolhimento institucional em Chapecó. O desfecho desta história não teve um final feliz, à medida que mãe e filha não tiveram mais contato a partir do momento em que a primeira transferiu-se para outro país.

Orquídea, negra, haitiana, de 41 anos de idade, é proveniente de cidade ao norte do Haiti próxima à República Dominicana. Emigrou para o Brasil no ano de 2014, cerca de dois anos após o

marido, também haitiano, de 43 anos de idade, ter se fixado em Chapecó/SC para trabalhar. Da mesma forma que Girassol, Orquídea e o marido estabeleceram-se neste país em busca de melhores oportunidades de vida. Orquídea trouxe consigo a filha de um ano de idade, na época, sendo que os dois filhos, um de 09 e outro de 13 anos de idade, permaneceram com a avó materna no Haiti. No Brasil, o casal teve mais um filho.

Ao estabelecer-se no Brasil, Orquídea foi contratada por empresa prestadora de serviços na área de limpeza. O marido, que até então prestava serviços em empresa, foi demitido, e Orquídea tornou-se a única provedora da família. Destaque-se que a haitiana rapidamente aprendeu o idioma português, e comunicava-se com bastante facilidade. Dada a sua habilidade de comunicação, tornou-se uma das haitianas que procuraram auxiliar Girassol na reintegração familiar da filha Margarida.

Com o óbito da avó materna, os filhos de Orquídea permaneceram provisoriamente com uma tia, a qual em breve também emigrou do Haiti em busca de novas oportunidades de vida. Assim, as duas crianças não teriam com quem permanecer. Orquídea e o marido viram-se assim implicados a levantar rapidamente altas somas em dinheiro para custear a viagem das crianças ao Brasil.

Tendo em vista que a história sensibilizou as pessoas próximas de Orquídea, colegas de trabalho organizaram uma campanha de arrecadação de dinheiro por meio da venda de rifas e de alimentos. Tal campanha teve grande repercussão no município de Chapecó/SC, sendo veiculada na imprensa municipal. Felizmente os valores arrecadados possibilitaram custear boa parte das despesas para trazer as crianças para o Brasil, sendo que a história de Orquídea teve um final feliz a partir da reunificação da família.

Zeni e Fillipin (2014) ressaltam que dentre os Estados brasileiros que têm acolhido imigrantes haitianos, se destaca Santa Catarina pelo município de Chapecó, situado na região Oeste. Segundo Piovezana et al (2015), os movimentos migratórios haitianos nesta cidade têm se dado da seguinte forma: a) movimento masculino, impulsionado no ano de 2011 por empresas que foram em busca de imigrantes haitianos para a contratação como força de trabalho; b) movimento feminino, com a chegada das imigrantes haitianas, a maior parte para acompanhar os maridos que já haviam se instalado no Brasil. Os autores destacam a forte presença feminina haitiana em Chapecó, tornando-se comum os apelos veiculados pela imprensa local para o auxílio financeiro da comunidade para contribuir nas viagens em busca da reunificação familiar; c) desencadeia-se assim o terceiro movimento, caracterizado pela chegada dos filhos dos(as) imigrantes haitianos(as).

Após sediados no Brasil, a maior parte dos(as) migrantes haitianos(as) viu-se frustrado(a) ante à realidade socioeconômica brasileira, caracterizada pelas oportunidades de trabalho em setores

operacionais e baseados na superexploração da força de trabalho, por baixos salários e pelo alto custo de vida no Brasil. A este respeito, estudo promovido por Mejía et al (2015) identificou que a remuneração obtida pelas migrantes haitianas, na maior parte das vezes, é insuficiente para sustentá-las no Brasil e enviar aos familiares no Haiti. Situação que tem se agravado desde a chegada dos migrantes haitianos ao Brasil até o ano de 2015, em razão do significativo aumento do dólar.

Se não bastasse, instalada em solo brasileiro, a população haitiana deparou-se com inúmeras expressões do racismo e da xenofobia. Tendo em vista que a cultura brasileira é erigida sob o prisma do mito da democracia racial (FREYRE, 1992), a chegada em massa de migrantes haitianos pôs tal mito à prova, revelando a força com que o racismo ainda estrutura as relações sociais no Brasil. Com base em análises da Anistia Internacional, Zeni e Phillipin (2014) enalteceram que a xenofobia materializa-se numa das principais fontes do racismo contemporâneo.

Por conseguinte, da trajetória das migrantes haitianas para reaver a convivência familiar com os(as) filhos(as) emergem imbricadas expressões da questão social na contemporaneidade. Para Yamamoto (2006), a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, e diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais nela engendradas. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. Expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e muda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Ou seja, tais migrantes personificam os dramas inerentes à convergência das desigualdades de gênero, étnico-racial e de classe nos marcos do capitalismo contemporâneo. A este respeito, CFESS (2016) analisa que a imigração e o refúgio são temas complexos e que devem ser compreendidos para além da escolha do indivíduo de sair de seu território para ter melhores oportunidades de vida. “Na verdade, expressam particularidades de classe, gênero, etnia e religião e estão inscritos nas alterações da geopolítica mundial” (CFESS, 2016, p. 8).

De acordo com Safiotti (2004), as desigualdades produzidas e reproduzidas no âmago do sistema capitalista impulsionam novas formas de dominação-exploração de gênero, as quais, associadas aos contornos de raça/etnia, assumem sua expressão máxima.

Destarte, as mulheres migrantes de países latino-americanos e africanos, e em específico do Haiti, caracterizam-se pela condição de pobreza e pelos reflexos cotidianos da herança cultural estruturada nas desigualdades de gênero e étnico-raciais. É nesse contexto que sobrevém a análise do processo de feminização das migrações internacionais, o qual segundo Ramos (2014), é configurado como uma das nuances da migração contemporânea. Nesse sentido, cada vez mais mulheres emigram dos países de origem para fugir de problemas que afetam as mulheres de modo geral: a miséria, a violência, o reduzido acesso à educação, saúde e oportunidade de emprego e renda.

Consoante Mejía et al (2015), as expectativas diante do projeto migratório assumem contornos diferenciados conforme os gêneros. Ao passo que os homens haitianos almejam a formação educacional, a autonomia e a independência financeira, as mulheres haitianas emigram especialmente para oferecer melhores condições de vida para os filhos e demais familiares. Ou seja, para as mulheres haitianas a migração conforma-se num projeto familiar, no qual aspiram ter renda suficiente para mantê-las no Brasil e enviar dinheiro à família no Haiti:

A maior parte delas deixa um ou mais filhos no Haiti aos cuidados de familiares próximos por falta de condições financeiras para trazê-los. Apesar de que esse projeto migratório visa melhorar a vida das crianças, sobre elas recai grande carga emocional, pois implica estar por longos períodos longe dos pais (MACHADO, 2014), principalmente da mãe (MEJÍA ET AL, 2015, p. 157).

Assim sendo, as migrantes haitianas vivenciam as famílias transnacionais, ou seja, agrupamentos familiares que embora distendidos em vários pontos do globo, não perdem os vínculos quando inseridos em novos contextos sociais. Pertencem ao referido agrupamento todas as pessoas envolvidas na situação de migração, sendo tanto os adultos quanto as crianças, tanto quem fica quanto quem migra, quem retorna e quem transita (MEJÍA ET AL, 2015).

Numa perspectiva de gênero, a supracitada autora reflete que para as mulheres o projeto migratório congrega interesses familiares, envolvendo tanto os membros da família que ficam quanto os que partem. Para enfrentar a dor da separação, perseguem o objetivo de reunificação da família num futuro próximo e de contribuir para a melhoria das condições de vida da família.

Ramos (2012) assevera o profundo impacto ocasionado pelo afastamento dos filhos e demais familiares às migrantes, o que se soma às rupturas, ao desenraizamento cultural, ao isolamento e às demais transformações resultantes do processo migratório. A perda da tradição, dos laços culturais, comunitários e familiares conforma-se num importante obstáculo que fragiliza as mulheres (e mães) migrantes. “A mãe migrante, transplantada de uma cultura para outra, isolada, desenraizada, corre o risco de não saber com a mesma segurança quais os gestos e os comportamentos a adotar, pois as referências culturais não são as mesmas e o sistema referencial vacila” (RAMOS, 2012, p. 91).

É nesse cenário que se veem as migrantes haitianas no Brasil – e não seria diferente no município de Chapecó/SC. Ou seja, para elas um dos direitos mais emergentes, além da sobrevivência imediata, corresponde à retomada do contato com os(as) filhos(as), cuja principal instância mediatizadora de tais direitos refere-se ao Estado brasileiro.

No Brasil, tais imigrantes confrontam-se com políticas sociais precárias e incapazes de incorporar a diversidade cultural e as peculiaridades da condição da mulher migrante. É notável ainda as dissonâncias entre os diversos modelos de proteção social entre o país de origem e o país de acolhida, e diante disso, muitas vezes a mulher migrante não dispõe de repertório cultural para compreender os requisitos da política social no país em que se estabelece.

A exemplo disso, nos diálogos com a migrante Orquídea, foi possível apreendermos que o Haiti não dispõe de sistema de proteção social estatal que ampare os haitianos nas diversas fases da vida, dentre elas a infância e a velhice, traduzindo-se em benefícios e serviços. Nesse sentido, a família é incumbida de exercer a proteção social, e nesse cenário os filhos assumem vital importância na cultura haitiana, uma vez que são responsáveis por acolher e cuidar dos pais na fase idosa. Diante disso, assume vital importância na cultura haitiana a constituição de família numerosa como retaguarda para a garantia do bem-estar social.

Segundo deduzimos do relato de Orquídea, o processo educativo e de cuidados da prole naquele país não seria intermediado pelo Estado, por meio de políticas sociais, de segurança ou judiciais. Nesse sentido, os pais deteriam plenos poderes sobre os filhos, pontuando que mesmo instâncias como a polícia ou o poder judiciário não interfeririam na relação entre pais e filhos. Frisa-se ainda que a cultura haitiana é composta por várias religiões, dentre elas católica, evangélica e pelo vodu, que se assemelharia ao candomblé brasileiro, as quais assumem grande importância na cosmovisão⁵ e nos modos de ser da população haitiana.

Ou seja, é inegável que no Haiti as mediações que se interpõem na relação entre as pessoas e a satisfação dos direitos sociais, entre cidadãos(ãs) e a provisão do bem-estar social, são diferenciadas do sistema brasileiro. Muito embora no Brasil a responsabilidade do Estado ante à provisão do bem-estar social seja fortemente compartilhada com a família (MIOTO, 2006)⁶, existe

⁵ Maneira subjetiva de ver e entender o mundo, especialmente as relações humanas e os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade, assim como as respostas a questões filosóficas básicas, como a finalidade da existência humana, a existência de vida após a morte etc.; visão de mundo. Acessado em [<https://www.dicio.com.br/cosmovisao/>], na data de 01/07/2017.

⁶ De acordo com Mioto (2006), no Brasil prevalece concepção conservadora, encampada pelo neoliberalismo, na qual a sociedade e a família devem partilhar responsabilidades com o Estado. Reflete que na contemporaneidade, a família passa a ser valorizada como importante espaço de proteção dos indivíduos, (re)emergindo como locus privilegiado e adequado ao desenvolvimento humano e social, recaindo sobre ela um conjunto de atribuições num contexto de grave crise econômica, e fiscal do Estado e precarização dos serviços públicos, numa clara redução das responsabilidades do Estado.

um modelo de proteção social estatal baseado no tripé da Seguridade Social, composto pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Sistema público que envolve serviços, programas e ações complexos.

De acordo com Ramos (2012), as mulheres migrantes movem-se entre espaços sociais e culturais diversos, mantendo múltiplos laços de pertencimento e redes transnacionais, mediante o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, familiares e interculturais. Se por um lado desenvolvem novas práticas de cidadania e conquistam direitos, enfrentam também novos problemas de saúde, de discriminação e de violência.

Deste modo, a migração implica no processo de adaptação a uma nova cultura, cujas características do país receptor, as condições de acolhimento e notadamente as políticas migratórias serão fundamentais para favorecer a ambientação a um país muitas vezes hostil e desconhecido (RAMOS, 2012).

Com relação às políticas públicas para imigrantes internacionais que se fixam no Brasil, Piovezana et al (2015, p. 226) analisam que apesar de o governo brasileiro ter regulamentado os critérios para o ingresso territorial e a concessão de refúgio, não foram estabelecidas políticas específicas para a permanência dos imigrantes no Brasil:

As poucas medidas que foram tomadas, nesse sentido, não foram executadas pelo Estado, mas sim, por uma parceria da sociedade civil com recursos das organizações internacionais. No caso específico dos haitianos, o Brasil aceita receber um fluxo migratório muito além de suas expectativas e, mesmo assim, não direciona uma política de imigração coerente. As consequências desse ato tendem à marginalização e à desumanização dessa população não atendida, que hoje vê no Brasil uma oportunidade, mas que sem as medidas adequadas, pode se tornar uma ameaça.

Zeni e Fillipin (2014) evidenciam a ausência de políticas públicas que respondam às demandas do acolhimento de migrantes, atenuem as barreiras culturais e assegurem o bem-estar social deste segmento da população, de modo a evitar situações de exclusão devido à não inserção no mercado de trabalho. Especificamente em Chapecó/SC, os autores identificaram que migrantes haitianos “recebem atendimento legal por parte da Polícia Federal e depois são deixados à própria sorte e dependentes do empregador ou, esporadicamente, do serviço municipal de assistência social que ainda não tem claro como lidar com esta questão”. (ZENI; FILLIPIN, 2014, p. 25).

Se em linhas gerais inexistem políticas públicas que encampem a questão migratória, não fugiria à regra a incorporação das questões de gênero e ligadas ao desempenho da maternidade destinadas às mulheres migrantes, e aqui em especial, às migrantes haitianas.

Ramos (2012) assinala que as problemáticas sociais, culturais, educacionais e de saúde decorrentes das migrações implicam no investimento em novos modelos conceituais e metodológicos

e novas políticas e estratégias de intervenção, habilitadas a incorporar a diversidade cultural, promover direitos de cidadania e a igualdade de oportunidades. Torna-se fundamental assim compreender as “[...] realidades sociais, económicas e culturais das comunidades e grupos, as dinâmicas familiares migratórias, assim como o respeito pela cultura, representações, crenças [...] nas comunidades migrantes oriundas de diversos universos culturais” (RAMOS, 2012, p. 90).

Ademais, a mencionada autora assevera que é premente às políticas migratórias a consideração das questões culturais e de gênero, incorporando as necessidades de mulheres e de homens migrantes, assim como as desigualdades de gênero.

Considerações Finais

A reconstrução da saga das migrantes haitianas Girassol e Orquídea, aliada às reflexões produzidas no âmbito teórico acerca da recente onda migratória haitiana no Brasil, possibilitou-nos conhecer em que medida o acirramento dos processos de desigualdade social e de concentração de renda acarretam na continuidade do exercício do papel materno para as migrantes haitianas, revelando-se em importante fator para o recrudescimento das desigualdades de gênero e étnico-raciais.

Nesse cenário, sobrevieram como principais obstáculos enfrentados pelas migrantes haitianas a compreensão da língua portuguesa; o desenraizamento cultural e, paralelo a isso, o arcabouço cultural diferenciado da cultura brasileira, o que interferiu na dificuldade de compreensão da estruturação e funcionamento das políticas públicas municipais; além das frustrações após a chegada no Brasil, notadamente no que tange a não absorção no mercado de trabalho ou a colocação em postos de trabalho marcados pela superexploração da força de trabalho.

Numa perspectiva mais ampla, analisamos que as fragilidades inerentes ao modelo econômico neoliberal interferem na construção de políticas públicas universais, que incorporem a pluralidade das expressões da questão social, dentre elas a questão migrante. Nesse sentido, o sistema de proteção social brasileiro é composto de políticas sociais focalizadas nas situações de miséria, em virtude do orçamento restrito e seus desdobramentos no aparelhamento dos serviços públicos (infraestrutura física e de recursos humanos adequada, qualificação sistemática, ampla cobertura dos serviços, dentre outros).

Logicamente tais rebatimentos foram observados na realidade de Chapecó/SC, repercutindo na impossibilidade de utilização de metodologia diferenciada para o público migrante haitiano, que abarcasse a diversidade cultural, questões de ordem étnico-racial e de gênero. Observamos assim que

para as migrantes haitianas, desprovidas de referenciais culturais, as políticas públicas municipais revelaram-se num universo incompreensível.

Relacionado a isso, é possível inferirmos que no Haiti as mediações entre Estado e Sociedade (a exemplo dos serviços públicos e as famílias) são diferenciadas e em outro nível, revelando-se em importante fator cultural para compreendermos os limites na construção de vínculo entre os serviços públicos brasileiros e a população haitiana.

Haja vista que as políticas públicas conformam-se num importante mecanismo de afirmação de direitos sociais, a possibilidade de minimamente reparar as desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais a que as migrantes haitianas estão submetidas pressupõe o acolhimento desta importante questão na agenda pública. A este respeito, imprescindível nos atentarmos às reflexões de Ramos (2012), a qual evidencia o desenraizamento cultural da mãe migrante e o não acolhimento do país ao qual se fixa como importantes privações, as quais inclusive podem assumir contornos de violação de direitos humanos.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: xenofobia*. Caderno 5. Brasília/DF: CFESS, 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Questão Social, Família e Juventude: desafios do trabalho do Assistente Social na área sociojurídica*. IN: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.

HANDERSON, Joseph. *Vodu no Haiti. Candomblé no Brasil: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFPEL: Pelotas, 2010.

MEJÍA, Margarita Gaviria; BORTOLI, Jaqueline de; LAPPE, Emeli. Papel das mulheres migrantes nos projetos familiares que mobilizam a imigração haitiana para o Brasil. In: *Anais do IV Simpósio Internacional Diálogos na Contemporaneidade: tecnociência, humanismo e sociedade*. Lajeado: Univates, 2015. p. 154-159.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Novas Propostas e Velhos Princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar*. IN: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIOVEZANA, Leonel; BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias; BERNARTT, Maria de Lourdes; GIACOMINI, Taíze. Movimento migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos na região oeste catarinense. In: *Anais do VI Simpósio nacional de ciência, tecnologia e sociedade*. V. 01. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015. p. 223-234.

RAMOS, Maria Natália. Migração, maternidade e saúde. In: *Repertório*. Nº 18. Salvador, 2012. p. 84-93.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

ZENI, Keline. FILLIPIN, Eliane Salette. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. *Revista Pretexto*. V. 15 n. 2. Belo Horizonte, 2014. p. 11-27.

Experience Report: reconstructing the saga of Haitian migrants living in Chapecó/SC in search of family life with their children

Abstract: The present experience report comes from the author's professional intervention in the post of Social Worker of the Judiciary Power of Santa Catarina, located in the Chapecó County Forum/SC, which made it possible to know the life history of two Haitian migrants living in the municipality of Chapecó/SC, as well their pilgrimage of both in order to recover the family relationship with the children. Therefore, the objective of this experience report is to contribute to the reflection about the dilemmas provoked by the intensification of income concentration and social inequalities and consequent migratory processes in search of better living conditions, as opposed to the exercise of motherhood. The course of such analyzes pervades the discussion of class, ethical-racial and gender inequality and a brief comparative study of state mediations through social policies in Brazil and Haiti. For this, the methodological instruments involved the bibliographical revision, the documentary analysis, interviews and observation. It was possible to conclude that the intensification of the processes of social inequality and income concentration - and consequent migratory processes in search of better living conditions - may interfere in the continuity of the maternal role, proving to be an important factor for the increase on inequalities gender and ethnic / racial groups.

Keywords: Social inequality; gender; Race / ethnicity; migration; Haiti